



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1002203-39.2018.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha**
Requerente: **Albino Antonio Pereira**
Requerido: **Espólio de Raul Borges e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

A. A. P. propôs a presente habilitação de crédito em inventário do espólio do falecido **R. B.**, representado por seu filho, **R. B. F.** Requereu os benefícios da justiça gratuita e aduziu que, no inventário do *de cujus*, duas empresas suas deixaram de ser arroladas: Borges & Borges Factoring e Fomento Mercantil Ltda e New Found Business Assessoria Empresarial Ltda ME., as quais teriam vitimado a sociedade são carlense em atividade de *factoring*, notadamente o autor, que firmou com uma das empresas do grupo econômico contrato de mútuo feneratício e obrigações de pagamento, motivo pelo qual requereu a habilitação do crédito até o valor total do capital social não integralizado pelas empresas.

A fls. 42, decisão que determinou o apensamento destes autos aos do inventário, bem como a intimação dos sucessores para se manifestarem acerca das alegações da petição inicial.

A fls. 45/62, contestação, com impugnação à concessão da justiça gratuita ao autor e preliminares de carência de ação, falta de documento indispensável e ilegitimidade passiva do falecido. No mérito, pugnou pela improcedência da ação, com a condenação do autor por litigância de má-fé.

A fls. 108/111, petição da parte requerida requerendo a juntada de ata de audiência de outros autos, a fim de comprovar má-fé da parte, pugnando pelo recolhimento do décuplo das custas processuais, bem como pela expedição de ofício ao Ministério Público para apuração do delito de falsidade ideológica.

A fls. 115/130, réplica, com alegação de má-fé nos autos de inventário, por não terem sido incluídas as empresas em que o *de cujus* figurava como sócio, e impugnação às alegações da contestação. Juntou documentos de fls. 131/133.

A fls. 134/135, decisão que determinou a apresentação, pelo autor, de suas duas últimas declarações de imposto de renda ou, alternativamente, o recolhimento das custas

1002203-39.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

processuais, afastou a preliminar de má-fé processual suscitada em contestação e determinou o traslado de cópia da decisão nos autos de inventário, a fim de incluir as empresas mencionadas no plano de partilha.

A fls. 138/142, embargos de declaração relativos à decisão de fls. 138/142, em razão de alegada omissão por não ter a decisão apreciado o pedido de condenação do autor ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios, bem como por não ter apreciado os termos do artigo 669 do Código de Processo Civil, ao decidir sobre a inclusão das empresas em que o *de cujus* figurava como sócio no rol de bens a partilhar em seu inventário.

A fls. 143/149, petição que explanou a situação financeira da parte autora e atendeu à determinação da juntada de seus dois últimos informes de rendimentos (fls. 150/165).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Não havendo necessidade de produção de novas provas, o feito comporta julgamento imediato.

Quanto aos embargos de declaração.

Os embargos de fls. 138/142 são tempestivos, pelo que de rigor o conhecimento do recurso.

No mérito, contudo, não assiste razão ao embargante, já que não há omissão no que toca ao decidido a fls. 134/135.

A decisão não é omissa, pois não terminativa, de forma que a questão relativa às custas e despesas processuais e aos honorários advocatícios devem ser dirimidas por sentença, e não por decisão.

Ademais, não houve omissão do Juízo quanto aos termos do artigo 669 do Código de Processo Civil, pois a inclusão das empresas em que o *de cujus* figurava como sócio no rol de seus bens a inventariar não afronta tal dispositivo legal, tendo em vista que a partilha deve recair sobre as quotas sociais das empresas, sem necessidade de liquidação e sobre as quais não se litiga, visto que eventuais litígios por dívidas serão respondidos diretamente pelas empresas, e não pelo espólio.

Assim, se a parte vencida diverge do entendimento adotado, e esta é exatamente a hipótese, a matéria não é de embargos, mas, sim, de recurso próprio para ser reexaminada a matéria.

Pelo exposto, não é o caso de acolhimento dos embargos de declaração opostos, razão pela qual nego-lhes provimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Da impugnação ao benefício da justiça gratuita concedido ao autor

Quanto à gratuidade processual, ora concedida ao autor, impugnada pela parte contrária, de rigor a apreciação da prova da condição financeira do autor produzida nos autos.

A regra constitucional determina, expressamente, que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

A Lei nº 1.060/1950, apenas em parte, foi recepcionada pela vigente Constituição de 1.988. Esta, ao conferir assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, no inciso LXXIV do artigo 5º, não recepcionou o *caput* do artigo 4º daquela Lei.

Em face do que dispõe o inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, deve-se considerar revogada a disposição contida no artigo 4º da Lei nº 1.060/1950, que dispensa a comprovação de insuficiência de recursos, para fins de assistência judiciária gratuita.

Se o constituinte condicionou a favor da gratuidade a prova de insuficiência econômica (medida de proteção ao patrimônio público), não cabe ao legislador ordinário dispensá-la.

Somente os objetivamente necessitados, como as pessoas de baixos salários em geral, não necessitam dessa prova, pois sua condição pessoal revela fazerem jus ao benefício.

Nesse sentido, v.g.:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AÇÃO MONITÓRIA - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - NECESSIDADE DA COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, EXIGIDA PELO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV, DA CF - RECURSO IMPROVIDO. Dispondo o artigo 5º, inciso LXXIV, da CF que 'o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos', incabível a concessão desse benefício a quem deixa de fazer essa prova?" (TJSP, Agravo de Instrumento 990093175088, 29ª Câmara de Direito Privado, j. 16/12/2009, reg. 11/01/2010).

Assim, em análise às últimas duas declarações de imposto de renda do autor, verifica-se que tem bens, notadamente dinheiro em espécie, de forma que não é crível que não possa pagar as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Portanto, reconsidero a decisão de fls. 134/135 e revogo o benefício da justiça gratuita que lhe foi deferido.

Da habilitação de crédito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Quantos às preliminares trazidas na contestação, de carência da ação, ilegitimidade passiva e falta de documento indispensável, essas se confundem com o mérito, de forma que com este serão analisadas.

Outrossim, de acordo com o art. 642 do Código de Processo Civil: "Antes da partilha, poderão os credores do espólio requerer ao Juízo do *inventário* o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis".

Contudo, considerando que não houve concordância com o pedido de habilitação (fls. 45/62) e, ainda, tendo em vista o contido no art. 643 do Código de Processo Civil, entendo que esse fato, por si só, enseja que a presente discussão seja remetida às vias ordinárias.

A discordância do inventariante em relação à habilitação, portanto, é motivo suficiente para negar o pedido do autor.

Neste sentido: "A divergência pode versar sobre qualquer coisa, a existência da dívida, sua liquidez, a responsabilidade pelo seu pagamento, etc. Sequer precisa ser fundamentada. Não se aplica o princípio do artigo 984 do CPC1, estando o juiz impedido de julgar a pretensão do credor pelo só fato de algum dos herdeiros não ter concordado com o pagamento" (TJ/SP 2ª Câmara de Direito Privado Apelação Cível nº 220.272-4/0-00 Relator Desembargador Morato de Andrade).

Demais, quanto ao parágrafo único do artigo art. 643 do Código de Processo Civil, a disposição é de que o juiz mandará reservar, em poder do inventariante, bens suficientes para pagar o credor quando a dívida constar de documento que comprove suficientemente a obrigação e a impugnação não se fundar em quitação.

Com efeito, o documento de fls. 19/21, contrato de mútuo feneratício, prova que eventual crédito se refere à empresa New Found Business Assessoria Empresarial Ltda. ME, e não a seu sócio, pois não há nos autos qualquer indício que justifique a desconsideração da personalidade jurídica da empresa.

Cumprе ressaltar que o crédito pleiteado contra a pessoa jurídica não pode, em regra, ser adimplido pelo espólio do sócio da empresa, pois a personalidade da pessoa jurídica é própria, não se confundindo com o patrimônio dos sócios.

Em outros termos, diante da iliquidez e incerteza de seu crédito, não é possível o reconhecimento da habilitação em epígrafe, tampouco a reserva de bens para a satisfação da obrigação.

Neste sentido:

EMENTA: HABILITAÇÃO DE CRÉDITO - PROCESSO DE INVENTÁRIO
 DECISÃO QUE INDEFERIU A HABILITAÇÃO DE CRÉDITO E REMETEU
 OS REQUERENTES ÀS VIAS ORDINÁRIAS, MAS DETERMINOU A

1002203-39.2018.8.26.0566 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

RESERVA DE BENS INSURGÊNCIA CONTRA A RESERVA DE BENS
 AUSÊNCIA DE CRÉDITO EM FACE DO ESPÓLIO DÍVIDA EM NOME
 DA EMPRESA DA QUAL O “DE CUJUS” ERA SÓCIO INEXISTÊNCIA DE
 DECISÃO DESCONSIDERANDO A PERSONALIDADE JURÍDICA DA
 EMPRESA A JUSTIFICAR A EXCUSSÃO DE BENS PESSOAIS DO SÓCIO
 PERSONALIDADES DISTINTAS DO SÓCIO, FALECIDO, E DA
 EMPRESA - INTELIGÊNCIA DA REGRA DO “CAPUT” DO ART. 795 DO
 CPC - DESCABIMENTO DO PLEITO DE RESERVA DE BENS - RECURSO
 PROVIDO (8ª Câmara de Direito Privado, Agravo de Instrumento nº
 2003618-89.2018.8.26.0000, Relator: Theodureto Camargo).

Portanto, diante da iliquidez e incerteza do crédito reclamado, além da discordância dos herdeiros do espólio, a rejeição da presente habilitação é medida imperativa.

Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de habilitação de crédito de A. A. P. em face do ESPÓLIO DE R. B. e, por consequência, JULGO EXTINTO o feito com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Consequentemente, remeto as partes às vias ordinárias, nos termos do artigo 643, *caput*, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, que fixo em 10% sobre o valor da causa, atualizado. Com o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para recolher as custas e despesas processuais, pessoalmente, se necessário, e, sendo o caso, inscreva-se na Dívida Ativa e comunique-se à OAB.

Honorários advocatícios indevidos na espécie por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária, a saber: TJSP – Apelação n. 0003211-19.2010.8.26.0576 – rel. des. Viviani Nicolau – 3ª Câmara de Direito Privado – j. 30.05.2016; TJSP – Apelação n. 1048180-36.2014.8.26.0100 – 1ª Câmara de Direito Privado – rel. des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior – j. 31.05.2016; TJSP – AI n. 2008645-24.2016.8.26.0000 – 8ª Câmara de Direito Privado – rel. des. Theodureto Camargo – j. 06.04.2016).

Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

P. I.C.

São Carlos, 13 de junho de 2018.